

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defende que o mínimo seja fixado em R\$ 180

## Senadores pedem aumento real para o salário mínimo

Novo valor entrará em vigor em maio, juntamente com o teto salarial para o funcionalismo público acertado ontem em reunião, no Palácio do Planalto, entre os chefes dos três Poderes

**E**m reunião no Palácio do Planalto, os chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário chegaram a um consenso em relação ao teto do funcionalismo. Ele deve ser fixado em R\$ 11.500 e entrará em vigor em maio, junto com o novo valor do salário mínimo. A definição do mínimo foi o principal tema debatido ontem no Senado. Parlamentares de diversos partidos são unânimes em defender a necessidade de um aumento real (isto é, acima da inflação) para o salário mínimo.

PÁGINAS 4 E 5



Maguito Vilela: aumento para o salário mínimo deve ser maior que para o teto salarial



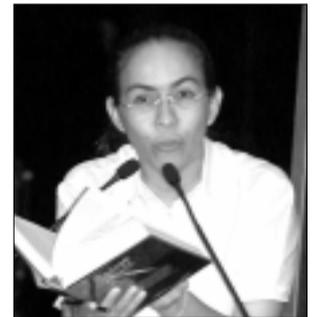
Francelino Pereira cobra solução "compatível com a dignidade humana"



Roberto Requião propõe um "choque de consciência social nos Poderes" da República

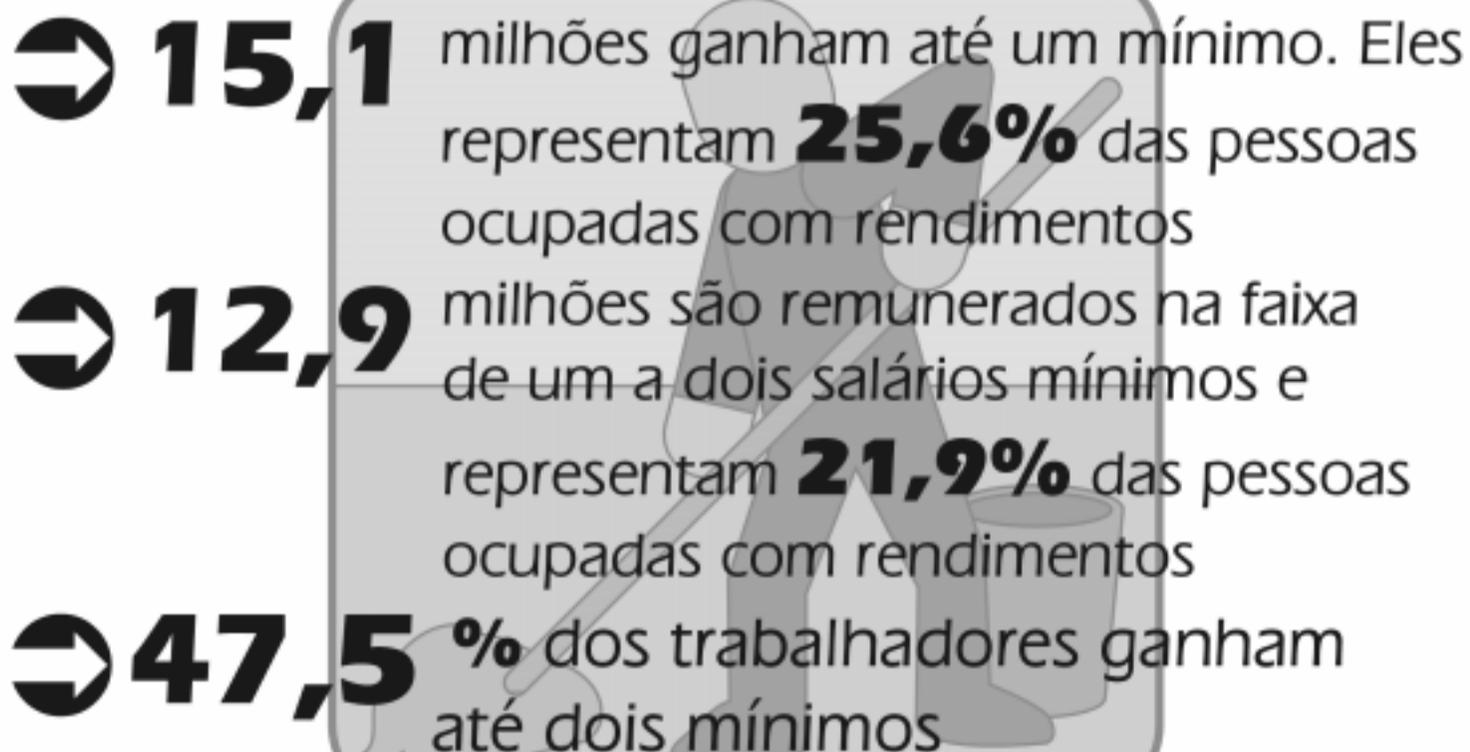


José Fogaça: país deve reestruturar Previdência para elevar o salário mínimo



Heloisa Helena: para cumprir a Constituição federal, o mínimo deveria ir para R\$ 942

### Quase metade dos trabalhadores recebe até dois mínimos



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

### Plenário aprova crédito para modernizar universidades

Parte dos recursos será destinada à melhoria dos hospitais universitários.

PÁGINA 2

### Tuma cobra formulação de política de defesa

PÁGINA 3

### Patrocínio quer estudar presença estrangeira na cultura nacional

Comissão proposta por senador teria 120 dias para apresentar as suas conclusões.

PÁGINA 8

# Senado autoriza empréstimo para universidades federais

Recursos serão utilizados para compra de equipamentos e contratação de serviços para cursos de medicina

O Plenário do Senado aprovou ontem duas autorizações para a contratação de crédito pela União junto ao banco KfW da Alemanha, no valor de 28,7 milhões de euros e de 5,72 milhões de euros, para as instituições federais de ensino superior. O objetivo dos empréstimos é custear o Programa de Modernização e Consolidação de Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições de Ensino Superior e seus hospitais universitários.

Os recursos serão utilizados na compra de equipamentos e contratação de serviços à empresa Carl Zeiss Jena GmbH, destinados a melhorar a qualificação dos alunos dos cursos de graduação das universidades federais e de profissionais de saúde e residência médica dos hospitais universitários. Os empréstimos se enquadram nos limites de endividamento e têm condições vantajosas para o país, segundo o relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA). O prazo estabelecido para o pagamento dos juros – de 4,36% ao ano – é de dez anos.

Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), a modernização dos hospitais universitários é muito importante, uma vez que as famílias de baixa renda têm se socorrido dessas instituições para ter acesso a tratamento de saúde de melhor qualidade. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um apelo ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que os recursos sejam prioritariamente destinados às universidades que passam por maiores dificuldades orçamentárias:

## Pesar pela morte de magistrado gaúcho

O Plenário do Senado aprovou ontem manifestação de pesar pelo falecimento de José Barison, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O requerimento foi apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e José Fogaça (PMDB-RS).

– Precisamos descentralizar o saber. As instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste precisam mais destes recursos. As outras já são centros de excelência – argumentou Mozarildo.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu texto em que o senador Lauro Campos (PT-DF) posiciona-se de forma contrária aos empréstimos, por entender que elevam o endividamento do país.

O Plenário também aprovou requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) propondo o envio à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Projeto de Lei 522, de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG), que institui o contrato de trabalho rural simplificado. Outro requerimento aprovado, de autoria do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), propõe o envio à CAS do Projeto de Lei 510, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que trata do horário de veiculação de propagandas de bebidas alcoólicas e fumo.

## Plenário apreciou nove matérias na semana

O Plenário do Senado apreciou nove matérias nesta semana (de 28 de fevereiro a 2 de março), entre elas substitutivo ao projeto de lei que disciplina a prevenção e o controle da poluição das águas por descarga de petróleo e derivados, e por outras substâncias nocivas. Votada em regime de urgência, a proposta retorna ao exame da Câmara.

Os senadores decidiram também autorizar a reestruturação da dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões, e a realização de operação de crédito no montante de R\$ 2 milhões, para obras de infraestrutura da prefeitura de Cachoeirinha (RS). Outras duas operações de crédito foram aprovadas, visando garantir quase US\$ 60 milhões para o programa de modernização dos hospitais universitários.

O Plenário também votou concessões de funcionamento de rádio e televisão para a Fundação Nossa Senhora Apa-

recida, de Aparecida (SP), JPB – Empresa Jornalística, de Lages (SC), e à Fundação João Paulo II, de Cachoeira Paulista (SP).

### COMISSÕES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), a proposta de criação do Código de Defesa do Contribuinte, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou audiência pública com a diretora de fiscalização da Agência Nacional de Saúde, Maria Estella Gregori, sobre as irregularidades nos planos de saúde, e decidiu programar outras duas, para debater a atuação de médicos estrangeiros em território nacional, e a questão dos depósitos irregulares de lixo nuclear.

A unificação das alíquotas dos impostos cobrados das microempresas através do Simples (Sistema Integrado

de Pagamento de Impostos) foi aprovada, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos. A CAE também deu parecer favorável a três autorizações de crédito, e a projeto dispendo sobre a institucionalização do seguro dado em garantia. Em audiência pública, a CAE ouviu os presidentes da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, e da Associação de Membros de Tribunais de Contas do Brasil, Flávio Xavier de Moura e Castro, sobre as implicações da lei de responsabilidade fiscal sobre o pacto federativo.

A instituição do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu parecer favorável na Comissão de Educação (CE). O dia escolhido, 18 de maio, é o da morte de Araceli Cabrera Sanches, assassinada em 1973. A CE também autorizou a renovação de duas concessões de emissoras de rádio, e uma de televisão, no estado de São Paulo.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2000

| PLENÁRIO  | Brasil 500 |
|---|------------|
| Sexta-feira<br>9h – Sessão não deliberativa   |            |
| PREVISÃO PARA A SEMANA DE 13 A 17.3.2000  |            |
| PLENÁRIO  |            |
| Segunda-feira<br>14h30 – Sessão deliberativa ordinária<br>Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 4/2000, que acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU – Desvinculação de Receitas da União); Terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); *PDL nº 292/99, que outorga permissão à Rádio Guararamo OM, de Guarani das Missões (RS); *PDL nº 37/2000, que aprova o texto do Acordo sobre a Isenção Recíproca de Vistos, celebrado entre o Brasil e a Polônia; e *Requerimento nº 783/99, do senador Roberto Saturnino solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 59/99, com o Projeto de Lei da Câmara nº 11/98, por regularem a mesma matéria.   |            |
| Terça-feira<br>14h30 – Sessão deliberativa ordinária<br>Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 4/2000, que acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU – Desvinculação de Receitas da União); Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); *PR nº 19/2000, que autoriza a ECT a elevar seus limites de endividamento, para contratar operação de crédito externo com o Japan Bank for International Cooperation – JBIC e a Marubeni, no valor de 6,8 bilhões de ienes, para dar continuidade ao processo de modernização, referente ao Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal-Paste; *PDLs nºs 35/2000 e 36/2000, que aprovam o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador – Peru (Momep-II), celebrado entre o Brasil e o Peru; *PDL nº 54/99, que renova a permissão à Rádio Serra Azul FM, de Santos Dumont (MG); *PDL nº 97/99, que renova a permissão à Rádio Cacique FM de Sorocaba (SP); e *Requerimento nº 81/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 664/99, por regularem a mesma matéria. |            |
| Quarta-feira<br>14h30 – Sessão deliberativa ordinária<br>Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 4/2000, que acrescenta o art. 76 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU – Desvinculação de Receita da União); Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); *Parecer nº 109/2000, sobre a Mensagem nº 75/2000 (nº 188/2000, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Ariel Rocha de Couto, para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência; *PDL nº 57/99, que renova a concessão da Rádio Cultura OM de Poços de Caldas (MG); e *PDL nº 79/99, que renova a concessão outorgada à Fundação de Desenvolvimento de Picuí (PB), para explorar rádio em OM na cidade de Picuí (PB).  |            |
| Quinta-feira<br>10h – Sessão deliberativa ordinária<br>Pauta: *PDL nº 95/99, que renova a concessão da Rádio Cacique OT de Sorocaba (SP); e *PDL nº 98/99, que renova a concessão da Rádio Difusora de Ituiubata (MG).  |            |
| Sexta-feira<br>9h – Sessão não deliberativa   |            |
| COMISSÕES   |            |
| Terça-feira<br>17h – Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura<br>Pauta: Atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros perante os organismos da União e sobre os possíveis acordos de fusão entre essas empresas ou entre empresas aéreas internacionais. <i>Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19</i>   |            |
| Quarta-feira<br>10h – Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura<br>Pauta: Exposição do ministro dos Transportes, Eliseu Lemos Padilha, sobre o Programa de Privatização e tarifas de pedágio. <i>Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19</i>   |            |
| 10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania<br>Pauta: Entre outros itens, *PDS nº 109/99, que altera o parágrafo único do art. 7º da Lei 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional; *PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; *Emendas de Plenário de nºs 2 a 4 ao PLS nº 23/98, que autoriza o Poder Executivo a incluir municípios de Minas Gerais situados no Entorno do Distrito Federal, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; *PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; *PLS nº 205/99, que acrescenta o parágrafo 1º, ao art. 9º, da Lei nº 4.591/64; *PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i> ; *PLS nº 327/99, que dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de Código Genético (DNA) para instruir processos de reconhecimento de paternidade; *PLS nº 90/99, que dispõe sobre a Reprodução Assistida; e *PLS nº 63/99, tramitando em conjunto com o PLS nº 97/99 e o PLS nº 159/99, que dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas.   |            |

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Roberto Requião destaca resultados da CPI do Narcotráfico do Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) relatou ao Plenário os resultados da CPI do Narcotráfico da Assembléia Legislativa do Paraná, que, segundo ele, demonstram o envolvimento da cúpula da Polícia Civil do estado com o narcotráfico. De acordo com as investigações, disse ele, as drogas encontradas com os traficantes presos são vendidas pelos próprios policiais. Por enquanto, a CPI já recolheu provas de que 200 policiais civis estão envolvidos com o tráfico de drogas.

Requião ressaltou que a Polícia Civil do Paraná é “uma boa polícia” e que “a maioria dos seus efetivos tem um comportamento exemplar”. Por isso, fez um apelo para que esses policiais aproveitem os trabalhos da CPI e façam uma limpeza em seus quadros. Na sua opinião, a maior causa dos problemas é que o governo “deixou de existir e a referência de autoridade desapareceu”.

O senador também criticou a atuação da Polícia Federal no Paraná, por não tomar providências contra a exploração dos videobingos, ao contrário do que ocorre nos de-



Roberto Requião

mais estados.

Em aparte, Osmar Dias (PSDB-PR) sugeriu que os senadores do Paraná levassem à CPI estadual do narcotráfico a proposta de convocar o ministro do Turismo e do Esporte, Rafael Greca, para depor.

Requião concordou, e lembrou que Greca é acusado de usar os videobingos para lavar o dinheiro com o qual estaria pretendendo financiar sua campanha para governador em 2002, com a participação das máfias da Espanha e da Itália.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição, condenou a omissão dos parlamentares em relação às denúncias envolvendo autoridades.

— Muitos dos que nesta Casa silenciam foram os primeiros a bradar que se tratava de uma briguinta política paroquial. Hoje silenciam diante da constatação da relação direta do narcotráfico com a liberação dos bingos — disse, defendendo a proposta dos senadores Osmar Dias e Álvaro Dias (PSDB-PR) de convocar uma CPI para investigar a participação de Greca no assunto.

## Questionada a ação de Brindeiro em processo contra diretores do Bradesco

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou ontem estranheza diante da decisão do ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal, que concedeu liminar a pedido do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, avocando para aquele tribunal processos sobre má gestão de recursos públicos envolvendo a diretoria do Bradesco, que tramitavam em uma vara do Rio de Janeiro. A justificativa é de que os processos envolvem o deputado federal Eduardo Campos, que tem o privilégio da imunidade parlamentar.

O processo, nascido de denúncia apresentada pela Ministério Público Federal, com base nas recomendações da CPI dos Precatórios, da qual Requião foi o relator, “vinha tramitando com uma celeridade incomum no Judiciário brasileiro”, segundo ele. Requião questionou os fundamentos jurídicos da liminar, e leu ofício do juiz federal Júlio Emílio Abranches Mansur, da 1ª Vara Criminal do Rio, segundo o qual o de-

putado Eduardo Campos não consta da ação penal como denunciado. O senador também leu ofício dos procuradores da República Artur Gueiros e Raquel Branquinho Nascimento, que afirmam que a ação refere-se a pessoas que não possuem prerrogativa de foro e apelam a Brindeiro para que desista da decisão de levar o caso ao STF “sob pena de grande prejuízo aos interesses públicos e ao curso da ação penal”.

Requião esclareceu que seu objetivo é incluir essa questão nas discussões do Senado. Ele prometeu comparecer à tribuna, mensalmente, para acompanhar o desdobramento das apurações e dos processos resultantes da CPI dos Precatórios.

Eduardo Suplicy (PT-SP) se solidarizou com “o empenho” de Requião, que destacou o papel da TV Senado como um importante instrumento para os senadores furarem o bloqueio da mídia na denúncia dos problemas nacionais.

# Tuma acha que país carece de uma política de defesa

Para senador, os riscos externos são reais e impõem a necessidade de rever a questão da segurança nacional em vista da ordem democrática

Os poderes constituídos e a sociedade civil devem debater a elaboração de uma política de defesa para o país, disse ontem o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Na avaliação do senador, esse é o momento adequado para o debate “pois o regime democrático pressupõe uma mudança de ótica na avaliação da segurança nacional”.

A política de defesa, na opinião de Tuma, não pode ser substituída pelas estratégias diplomáticas, pois os instrumentos e métodos utilizados por ambas são distintos. Ele observou que no caso de falha da primeira, a nação poderia estar desprotegida. “A política de defesa não pode ser uma versão adocicada da política externa”, ressaltou.

O fato de não existir ameaça externa visível, para Tuma, não justifica a inexistência de uma política orientada para a vigilância. “A



Romeu Tuma reclama medidas contra as ameaças do crime organizado, do contrabando e da lavagem de dinheiro

concepção de que o Brasil tem uma vocação pacífica não anula a capacitação do país para com as necessidades de defesa que exigem definições estratégicas, capacidade dissuasória, aprimoramento tecnológico e disponibilidades materiais”, observou.

Ao defender uma rediscussão do

papel e da atuação das Forças Armadas, o senador lembrou que os militares brasileiros têm uma preocupação constante com a movimentação norte-americana no continente, notadamente no caso da guerrilha colombiana e do narcotráfico que passa pela região amazônica. “Pode-se até mesmo acusar de radicais os militares que enxergam uma possibilidade concreta de internacionalização da Amazônia, mas como deixar de atribuir-lhes razão quando sabemos que os guerrilheiros colombianos têm verba superior a 700 milhões de dólares anuais?”, questionou. Ele citou ainda as ameaças do crime organizado, da lavagem internacional de dinheiro e do contrabando em terras nacionais.

Ao lembrar que o processo de globalização também conduz à globalização das ameaças, Romeu Tuma pediu o registro, nos Anais da Casa, de artigo do ex-senador e ex-ministro Jarbas Passarinho, onde ele pede o fortalecimento das Forças Armadas.

## Lei de Responsabilidade Fiscal submete estados e municípios à União, diz Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder da bancada oposicionista no Senado, criticou o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por entender que ele acaba com o princípio federativo estabelecido na Constituição, retirando dos estados e municípios a competência de administrarem as suas próprias finanças e metas orçamentárias, além de impor “uma obediência político-administrativa ao governo federal”.

Para Heloísa Helena, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece regras para os gastos na administração pública, peca também por mexer em questões diretamente relacionadas às prerrogativas do Senado, garantidas na própria Constituição, como a análise da rolagem da dívida externa.

Apesar de reconhecer que a lei possui dispositivos importantes, como o combate aos gastos ex-

cessivos do dinheiro público, Heloísa Helena entende como inadequado o tratamento dado às áreas sociais. “O Senado deve se debruçar sobre a matéria e analisar com maior profundidade uma lei que, se aprovada como está, poderá aprofundar o abismo social existente e pôr fim até ao princípio federativo”, avaliou.

As colocações de Heloísa Helena fizeram com que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciasse que iria votar contra o projeto em Plenário, apesar de ter votado a favor na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. “Com o aprofundamento do debate, entendo que essa lei é uma violência contra estados e municípios. Além disso, retira do Senado as suas principais prerrogativas constitucionais”,



Heloísa Helena

alertou Requião, apoiado pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

— Um governo que desembolsa anualmente bilhões de dólares para pagamento da dívida externa em detrimento das principais reivindicações de seu povo, principalmente na área social, não tem competência para administrar os estados e municípios — advertiu Heloísa Helena.

No mesmo pronunciamento, a líder do Bloco Oposição defendeu que o salário mínimo deveria ser fixado em R\$ 942, caso fosse observado o que prevê a Constituição, obrigando a cobertura de gastos com saúde, educação, moradia, transporte, vestuário e lazer.





## Atrações especiais no Carnaval

A TV Senado preparou uma programação especial para este Carnaval. O *Espaço Cultural* reapresentará amanhã e no domingo o show “No Sertão”, com o violonista Roberto Corrêa. Na segunda-feira, vai ser a vez dos chorinhos. São reprises de vários shows realizados no Clube do Choro, em Brasília, no ano passado. Entre eles, o do pianista Leandro Braga, de Pepeu Gomes e do conjunto Nó em Pingo d'Água. Na terça-feira, a emissora exibe gravações de shows realizados em Brasília, que vão da música clássica ao popular.

Hoje e amanhã, às 21h30, a TV Senado exibirá uma série de shows, recitais e peças de teatro realizadas no Teatro Arthur Azevedo, em São Luís no Maranhão. A peça “Uma Lição Longe Demais”, escrita por Zeno Wilde, com os atores Selton Mello e Pedro Vasconcelos, dará início à série.

Na segunda-feira, será a vez da apresentação do show da cantora Alcione. Zeca Baleiro será a atração da terça à

noite, às 21h30. Na quarta-feira, o jazz de Don Pullen Trio, com raízes no gospel, além do “Rhythm and Blues” e o “Free Jazz”. Na quinta-feira, o recital com o pianista Nelson Freire. Na sexta-feira, a TV Senado reapresenta a peça “Uma Lição Longe Demais”.

Durante todos os dias, a TV Senado vai apresentar entrevistas e debates com senadores sobre assuntos em discussão no Senado. E, ainda, as entrevistas especiais realizadas pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, às 11h, 17h e 23h. Entre os entrevistados, o superintendente da Sudam, Maurício Vasconcelos, o presidente da Embratur, Caio de Carvalho, e o dermatologista Ricardo Fenelon.

Está programada também, a partir de quarta-feira, sempre às 10h e às 14h30, a reapresentação de algumas audiências públicas de comissões, como a que debateu o funcionamento dos bingos, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Unip*: Respiração II  
6h30min — *Cidadania*: Senador José Roberto Arruda e o prefeito Valcenôr Braz de Queiroz falam da área metropolitana do DF  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: Senador Mauro Miranda fala sobre o direito à moradia  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da terra: Cérebro  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
12h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
12h30 — *Entrevista*: Senador Mauro Miranda  
13h30 — *Debate*: senador Pedro Simon e o jornalista Hélio Doyle falam do avanço da extrema direita na Europa  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 — *Entrevista*: Senador Álvaro Dias fala da Lei de Responsabilidade Fiscal  
19h30 — *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e Keyla Fontoura. Tema: anabolizantes  
20h30 — *Entrevista*: Senador Mauro Miranda  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Consulta Marcada*: Atividades físicas e saúde  
22h30 — Teatro Arthur Azevedo: pianista Dang Thai Son  
0h — Filme: *Na Rota dos Orixás*

#### AMANHÃ

1h — *Debate*: Senador Pedro Simon e jornalista Hélio Doyle  
2h — *Unip*: Respiração III  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil*: Lençóis Maranhenses  
3h30 — *Entrevista*: Senador Leomar Quintanilha fala sobre uso de sensores para prevenir acidentes com gás  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Respiração III  
5h — *TV Escola* - Crônicas da Terra: Grandes navegações  
5h30 — *Especial*: Abrolhos — 2º episódio -  
6h — *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó  
6h30 — *Agenda Econômica*: Ministro Pratiní de Moraes  
7h30 — *Entrevista*: Senador Eduardo Suplicy. Tema: convocação extraordinária  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Yanomami  
9h — *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta Toni Venturi  
9h30 — *Consulta Marcada*: Atividade física e saúde  
10h30 — *Especial*: Abrolhos — 2º episódio  
11h — *Entrevista Especial*: Caio Luiz de Carvalho, presidente da Embratur  
12h00 — *Jornal do Senado*  
12h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Saturnino fala sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de

#### da Embratur

18h — *Jornal do Senado*  
18h15 — *TV Escola* — Crônicas da terra: cérebro  
18h30 — *Unip*: Especial Villas Bôas  
19h — *Tela Brasileira*: entrevista com o cineasta Toni Venturi  
19h30 — *Agenda Econômica*: ministro Pratiní de Moraes  
20h30 — *Entrevista*: senador Leomar Quintanilha  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: “Uma Lição longe demais”  
22h — *Especial*: Abrolhos 2º episódio  
23h — *Entrevista Especial*: Caio Luiz de Carvalho, presidente da Embratur  
0h — Filme: *Na Rota dos Orixás*, de Renato Barbieri

#### SEGUNDA-FEIRA — DIA 6

1h — *Debate*: O poder da monarquia e da dinastia  
2h — *Unip*: Estresse  
2h30 — *Especial*: Forte de Copacabana  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão  
3h30 — *Entrevista*: senador Tião Viana  
4h — *Especial*: Sergipe  
4h30 — *Unip*: Estresse  
5h — *TV Escola* - Crônicas da Terra: Mata Atlântica  
5h30 — *Cores do Brasil*: Interior do Amazonas  
6h — *Unip*: Estresse  
6h30 — *Debate*: O poder da monarquia e da dinastia  
7h30 — *Entrevista*: Senador Tião Viana  
8h — *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó  
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Mata Atlântica  
9h — *Cores do Brasil*: Turismo Alagoas  
9h30 — *Entrevista*: Senador Mauro Miranda  
10h — *Especial*: Machado de Assis  
11h — *Entrevista Especial*: Dr. Ricardo Fenelon fala sobre as novas técnicas nos tratamentos dermatológicos  
12h — *Cores do Brasil*: Lençóis Maranhenses  
12h30 — *Entrevista*: Senador Tião Viana  
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus  
13h30 — *Debate*: O Poder da monarquia e da dinastia  
14h30 — Espaço Cultural: Retrospectiva Choros e Chorões  
15h30 — *Especial*: Machado de Assis  
16h30 — *Especial*: Luiz Gonzaga  
17h — *Entrevista Especial*: Dr. Ricardo Fenelon  
18h — *Cores do Brasil*: Turismo em Natal  
18h30 — *Entrevista*: Senador Mauro Miranda  
19h30 — *Debate*: O poder da monarquia e da dinastia  
20h30 — *Entrevista*: Senador Tião Viana  
21h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco  
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Show de Alcione  
23h — *Entrevista Especial*: Dr. Ricardo Fenelon

#### TERÇA-FEIRA — DIA 7

1h — *Cidadania*: Senador Pedro Piva e Carlos Nuzman falam sobre os recursos para o esporte amador  
2h — *Unip*: Eufesema  
2h30 — *Especial*: Luiz Gonzaga  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó  
3h30 — *Entrevista*: Senador Jefferson Peres fala sobre a “Lei da Mordaca”  
4h — *Especial*: Forte Santa Cruz  
4h30 — *Unip*: Eufesema  
5h — *TV Escola* - Crônicas da Terra: Vento  
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
6h — *Unip*: Eufesema  
6h30 — *Cidadania*: Senador Pedro Piva e Carlos Nuzman  
7h30 — *Entrevista*: Senador Jefferson Peres  
8h — *Especial*: Fortes de Salvador  
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Yanomami  
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
9h30 — *Entrevista*: Senador Tião Viana  
10h — *Especial*: Luiz Gonzaga  
11h — *Entrevista Especial*: Maurício Vasconcelos, superintendente da Sudam, fala sobre desenvolvimento regional  
12h — *Cores do Brasil*: Lençóis maranhenses  
12h30 — *Entrevista*: Senador Jefferson Peres  
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus  
13h30 — *Cidadania*: Senador Pedro Piva e Carlos Nuzman  
14h30 — Espaço Cultural: Clássicos e Populares  
16h — *Especial*: Fortes do Rio de Janeiro  
16h30 — *Especial*: Luiz Gonzaga  
17h — *Entrevista Especial*: Maurício Vasconcelos  
18h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus  
18h30 — *Entrevista*: Senador Tião Viana  
19h30 — *Cidadania*: Senador Pedro Piva e Carlos Nuzman  
20h30 — *Entrevista*: Senador Jefferson Peres  
21h — *Cores do Brasil*: Turismo na Bahia  
21h30min — Teatro Arthur Azevedo: Show de Zeca Baleiro  
23h — *Entrevista Especial*: Maurício Vasconcelos

#### QUARTA-FEIRA — DIA 8

1h — *Debate*: Senador Francelino Pereira e o secretário do Audiovisual, José Álvaro Moisés, falam do Grande Prêmio Brasil de Cinema  
2h — *Unip*: Obsidade I  
2h30 — *Especial*: Forte de Santa Cruz  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
3h30 — *Entrevista*: Senador Freitas Neto fala sobre a política de desenvolvimento regional  
4h — *Especial*: Luiz Gonzaga  
4h30 — *Unip*: Obsidade I  
5h — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Flores  
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco  
6h — *Unip*: Obsidade I  
6h30 — *Debate*: Senador Francelino Pereira e José Álvaro

#### Moisés

7h30 — *Entrevista*: senador Freitas Neto  
8h — *Especial*: Fortes do Rio de Janeiro  
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da Terra: Flores  
9h — *Cores do Brasil*: Turismo Santarém  
9h30 — *Entrevista*: Senador Jefferson Peres  
10h — *Redescobrimdo*: Mário de Andrade  
11h — *Entrevista Especial*: Caio Luiz de Carvalho, presidente da Embratur  
12h — *Cores do Brasil*: Turismo em Manaus  
12h30 — *Entrevista*: senador Freitas Neto  
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco  
13h30 — *Debate*: Senador Francelino Pereira e José Álvaro Moisés  
14h30 — Comissão Mista dos Bingos (reapresentação)  
17h — *Entrevista Especial*: Caio Luiz de Carvalho, presidente da Embratur  
18h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
18h30 — *Entrevista*: Senador Jefferson Peres  
19h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis  
19h30 — *Debate*: Senador Francelino Pereira e José Álvaro Moisés  
20h30 — *Entrevista*: Senador Freitas Neto  
21h — *Redescobrimdo*: Mário de Andrade  
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Show de Don Pullen  
23h — *Entrevista Especial*: Caio Luiz de Carvalho

#### QUINTA-FEIRA — DIA 9

1h — *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e a professora Keyla Fontoura  
2h — *Unip*: Obsidade II  
2h30 — *Redescobrimdo*: Mário de Andrade  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
3h30 — *Entrevista*: Senador Artur da Távola fala sobre julgamento de menores  
4h — *Especial*: Fortes de Salvador  
4h30 — *Unip*: Obsidade II  
5h — *TV Escola* — Velho e Novo São Luís  
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
6h — *Unip*: Obsidade II  
6h30 — *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e a professora Keyla Fontoura  
7h30 — *Entrevista*: Senador Artur da Távola  
8h — *Redescobrimdo*: Mário de Andrade  
8h30 — *TV Escola* — Velho e Novo São Luís  
9h — *Cores do Brasil*: Costa do Dendê  
9h30 — *Entrevista*: Senador Freitas Neto  
10h — Sessão Plenária Especial: Homenagem a Petrónia Portella  
13h30 — *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e a professora Keyla Fontoura  
14h30 — Comissão Assuntos Econômicos (reapresentação)  
18h — *Cores do Brasil*: Turismo no Pará  
18h30 — *Entrevista*: Senador Freitas Neto  
19h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
19h30 — *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e a professora Keyla Fontoura  
20h30 — *Entrevista*: Senador Artur da Távola  
21h — *Especial*: Fortes de Salvador  
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Pianista Nelson Freire  
23h — *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e a professora Keyla Fontoura

#### SEXTA-FEIRA — DIA 10

1h — *Debate*: O poder da monarquia e da dinastia  
2h — *Unip*: Obsidade III  
2h30 — *Especial*: Machado de Assis  
3h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Saturnino  
4h — *Especial*: Forte de Santa Cruz  
4h30 — *Unip*: Obsidade III  
5h — *TV Escola* — Aqui e Lá - Diamantina  
5h30 — *Cores do Brasil*: Bahia turismo  
6h — *Unip*: Obsidade III  
6h30 — *Cidadania*: Senador Pedro Piva e Carlos Nuzman  
7h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Saturnino fala do livro “Contos do Rio”  
8h — *Especial*: Fortes de Salvador  
8h30 — *TV Escola* — Aqui e Lá — Diamantina  
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
9h30 — *Entrevista*: Senador Artur da Távola fala sobre julgamento de menores  
10h — Comissão de Assuntos Sociais (reapresentação)  
12h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Saturnino  
13h30 — *Debate*: Senador Francelino Pereira e secretário de Audiovisual  
14h30 — Comissão de Assuntos Sociais (reapresentação)  
17h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero, presidente do Serpro  
18h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco  
18h30 — *Entrevista*: Senador Artur da Távola  
19h30 — *Cidadania*: Senador Ney Suassuna e Keyla Fontoura  
20h30 — *Entrevista*: Senador Roberto Saturnino  
21h — *Especial*: Fortes de Salvador  
22h30 — *Consulta Marcada*: Acupuntura  
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Show de Jane Duboc  
0h — Filme: *Abolição*, de Zózimo Bulbul

#### SÁBADO — DIA 11

1h — *Debate*: Senador Francelino Pereira e José Álvaro Moisés  
2h — *Unip*: Olho da criança I  
2h30 — *Especial*: Forte de Santa Cruz  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe  
3h30 — *Entrevista*: senador Tião Viana  
3h55 — *Senado em Pauta*

4h — *Redescobrimdo*: Mário de Andrade  
4h30 — *Unip*: Olho da criança I  
5h — *TV Escola*: Mata Atlântica  
5h30 — *Especial*: Abrolhos — 3º episódio  
6h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis  
6h30 — *Agenda Econômica*: secretária de Comércio Exterior, Lytha Spindola  
7h30 — *Entrevista*: senador Jefferson Peres  
8h — *Redescoberta*: Mário de Andrade  
8h30 — *TV Escola*: Vento  
9h — *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta João Batista de Andrade  
9h30 — *Consulta Marcada*: Acupuntura  
10h30 — *Especial*: Abrolhos — 3º episódio  
11h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero, presidente do Serpro  
12h00 — *Especial*: Forte do Rio de Janeiro  
12h30 — *Entrevista*: Senador Freitas Neto  
13h — *Cores do Brasil*: Interior do Amazonas  
13h30 — *Agenda Econômica*: secretária de Comércio Exterior, Lytha Spindola  
14h30 — Espaço Cultural: Show “33” com Mário Solimon  
15h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco  
16h — *Entrevista*: Senador Artur da Távola  
16h30 — *Especial*: Abrolhos 3º episódio  
17h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero, presidente do Serpro  
18h — *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo  
18h15 — *TV Escola* — Crônicas da terra: Flores  
18h30 — *Redescobrimdo*: Mário de Andrade  
18h55 — *Senado em Pauta*  
19h — *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta João Batista de Andrade  
19h25 — *Senado em Pauta*  
19h30 — *Debate*: O poder da monarquia e da dinastia  
20h30 — *Entrevista*: senador Roberto Saturnino  
21h — *Especial*: Forte de Santa Cruz  
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo*: Show de Jane Duboc  
22h30 — *Especial*: Abrolhos 3º episódio  
22h55 — *Senado em Pauta*  
23h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero, presidente do Serpro  
23h55 — *Senado em Pauta*  
0h — Filme: *Abolição*, de Zózimo Bulbul

#### DOMINGO — DIA 12

1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Olho da criança II  
2h25 — *Senado em Pauta*  
2h30 — *Especial*: Forte de Santa Cruz  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Folclore do Maranhão  
3h30 — *Entrevista*: Senador Artur da Távola  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Redescobrimdo*: Mário de Andrade  
4h30 — *Unip*: Olho da criança II  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — Crônicas da terra: Flores  
5h30 — *Especial*: Abrolhos 3º episódio  
6h25 — *Senado em Pauta*  
6h30 — *Debate*: O Poder da monarquia e da dinastia  
7h30 — *Entrevista*: senador Artur da Távola  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Especial*: Machado de Assis  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta João Batista de Andrade  
9h30 — *Consulta Marcada*: Acupuntura  
10h30 — *Especial*: Abrolhos — 3º episódio  
10h55 — *Senado em Pauta*  
11h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero, Pres. do Serpro  
12h00 — *Cores do Brasil*: Turismo em Natal  
12h30 — *Entrevista*: senador Jefferson Peres  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h — *Cores do Brasil*: Turismo em Ilhéus  
13h30 — *Debate*: Senador Francelino Pereira e José Álvaro Moisés  
14h25 — *Senado em Pauta*  
14h30 — Espaço Cultural: Show “33” com Mário Solimon  
15h55 — *Senado em Pauta*  
15h30 — *Cores do Brasil*: Goiás Velho  
16h — *Entrevista*: Senador Freitas Neto  
16h30 — *Especial*: Abrolhos 3º episódio  
17h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero, presidente do Serpro  
17h55 — *Senado em Pauta*  
18h — *Especial*: Fortes do Rio de Janeiro  
18h15 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Aqui e Lá — Diamantina  
18h30 — *Redescobrimdo*: Mário de Andrade  
18h55 — *Senado em Pauta*  
19h — *Tela Brasileira*: Entrevista com o cineasta João Batista de Andrade  
19h25 — *Senado em Pauta*  
19h30 — *Agenda Econômica*: Secretária de Comércio Exterior, Lytha Spindola  
20h30 — *Entrevista*: Senador Tião Viana  
21h — *Especial*: Forte de Santa Cruz  
21h30 — Teatro Arthur Azevedo: Show de Jane Duboc  
22h55 — *Senado em Pauta*  
23h — *Entrevista Especial*: Sérgio Otero, presidente do Serpro  
23h55 — *Senado em Pauta*  
0h — Filme: *Abolição*, de Zózimo Bulbul

# Para Juvêncio, desrespeito às leis impede proibição de armas

“Sentimento de insegurança na sociedade” leva a população a não concordar com o desarmamento, afirma senador

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) disse ontem que a ausência de leis no país é um impedimento à proibição da venda de armas. Na opinião do senador, há um sentimento de insegurança na sociedade, decorrente de um desrespeito às leis.

— Em um estado de anarquia, em que há descumprimento generalizado das leis, inclusive por parte de instituições e autoridades, a população não concorda com o desarmamento — afirmou.

Exemplo de descumprimento do ordenamento jurídico por parte de instituições e autoridades foi, na opinião do senador, o envio à Assembleia Legislativa pelo governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, de projeto de lei que proíbe o comércio de armas no estado. Juvêncio disse que o próprio governador sabe não ter competência legal para isso.

— O governador praticamente confessou que o projeto é inconstitucional, mas o remeteu à Assembleia — reiterou.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) reafirmou que a legislação sobre armas é de competência federal



Juvêncio critica “descumprimento do ordenamento jurídico por parte de instituições e autoridades”

e observou que o desrespeito ao ordenamento jurídico é demonstração clara de falta de autoridade. Geraldo Melo (PSDB-RN) salientou a coragem com que Juvêncio da Fonseca afirmou sua posição sobre a proposta de desarmamento, pois “no Brasil, as pessoas ficam marcadas por serem contra determinadas teses”. Ele concordou que não há condições de pedir

que a população entregue suas armas, pois o aparelho do Estado não está preparado para garantir a segurança pública.

Para o senador Arlindo Porto (PTB-MG), a pressa inicial em aprovar a proibição do comércio de armas foi superada e, a seu ver, já está claro que “não é possível desarmar a população de modo radical”. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), autor de uma das propostas de desarmamento em exame na Casa, disse concordar, “pontualmente, com a tese de que a redução do porte de armas não vai gerar uma sociedade menos violenta”. Os índices de violência alcançados pelo país, no entanto, recomendam a adoção de mecanismos de restrição, argumentou. Ele exemplificou sua posição com o caso dos Estados Unidos, país reconhecidamente liberal quanto ao uso de armas por seus cidadãos, que, diante da banalização desse uso em escolas, agora preocupa-se em instituir uma legislação mais rígida sobre o assunto.

# Dutra denuncia mau uso dos recursos do Fundef em Sergipe

A utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no interesse de particulares foi denunciada ontem em Plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). De acordo com o senador, em Sergipe verbas destinadas à manutenção de salas de aula estão sendo usadas na reforma de clubes privados, patrocínio de blocos carnavalescos e no pagamento de planos de saúde.

Dutra leu denúncia formulada pelo Ministério Público de Sergipe contra o ex-secretário de Educação do Estado, Luiz Antônio Barreto, que teria ajudado na reforma do parque aquático do Cotinguiba Esporte Clube, com dinheiro do orçamento da secretaria. O clube é presidido por Wellington Mangueira, ligado politicamente a Barreto, de acordo com dossiê montado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Ensino de 1º e 2º Grau do Estado de Sergipe (Sintese). Na denúncia, os procuradores pedem que o ex-secretário seja processado por associação em quadrilha ou bando, falsidade ideológica e emprego irregular de verbas públicas.

O senador criticou o comportamento do governador de Sergipe, Albano Franco (PMDB), que não tomou provi-



Dutra leu denúncia formulada pelo Ministério Público contra o ex-secretário de Educação de Sergipe

dências em relação às denúncias e assiste calado à briga entre os secretários de governo, alguns deles acusando-se mutuamente de corrupção.

— Parece que não é com ele, ou o governador está mais preocupado com a sua fábrica de Coca-Cola — disse Dutra.

Na avaliação do senador, o que está acontecendo em Sergipe é um retrato do tratamento dispensado ao dinheiro público no Brasil. Dutra chamou a atenção para o fato de que há muitas crianças fora das salas de aula em Sergipe e salas de aula totalmente sem condições de receber alunos e professores.

# Geraldo Cândido acusa empresa de telefonia de explorar trabalhadores

Por solicitação do Sindicato dos Trabalhadores em Telefonia do Rio de Janeiro, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) acusou ontem a Telemar, empresa de telefonia do Rio de Janeiro, de explorar seus empregados. O “massacre”, segundo o senador, começou logo após a privatização da Telerj, com a demissão de 4.500 empregados. “Depois, para suprir a falta da mão-de-obra demitida, a empresa organizou um sistema de superexploração dos trabalhadores que permaneceram contratados e cortou direitos trabalhistas”, afirmou.

Além disso, informou o senador, a Telemar reduziu os valores do tíquete-refeição (de R\$ 10,80 para R\$ 8,17), da cesta básica (de R\$ 116,32 para R\$ 40, limitando-a aos que ganham até R\$ 1.000), do auxílio-creche (de R\$ 230,17 para R\$ 126,00) e das horas extras. Sindicato e empresa, em negociação salarial desde novembro passado, ainda não chegaram a acordo, pois a empresa, entre outras medidas, pretende também que o sindicato concorde com um aumento da jornada de trabalho de 40 para 44



Cândido apresentará projeto fixando o valor de US\$ 250 para o salário mínimo, a ser atingido em dois anos

horas semanais. Em consulta realizada pelo sindicato, a categoria concordou com a proposta da Telemar, relatou o senador, mas a empresa tenta burlar o acordo, incluindo a criação de um banco de horas extras que não estava na proposta original.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) assegurou que o comportamento da Telemar no Rio de Janeiro é o mesmo que a empresa está adotando em Alagoas, tanto que a telefônica passou a ser denominada de “Telemaldade”.

Geraldo Cândido também anunciou que apresentará projeto de lei estabelecendo o valor de US\$ 250 para o salário mínimo, a ser atingido em dois

anos. Ele se baseou em estudo do economista Márcio Pochmann, argumentando que um aumento significativo do salário mínimo terá importante impacto positivo sobre a produção, o comércio, o emprego e a arrecadação — fatores que, segundo o senador, anulariam o impacto negativo de R\$ 34,4 bilhões no caixa da Previdência.

— Pode parecer uma cifra astronômica, mas não é, comparada aos mais de R\$ 100 bilhões que o governo FHC paga de juros da dívida — argumentou.

Cândido elogiou a decisão do governador Anthony Garotinho, que anunciou um piso de R\$ 400 para os servidores estaduais.

# Suplicy pede que CAE ouça Gros sobre dolarização

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) convidando o novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, para se manifestar sobre entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, em fevereiro do ano passado, na qual defendeu a dolarização das moedas de países da América Latina. O requerimento, assinado por vários outros integrantes da CAE, já foi entregue ao presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), e deverá ser apreciado na próxima reunião, no dia 14.

Se a proposta for aprovada, o presidente do BNDES, empossado na manhã de ontem, também será convidado a falar sobre as diretrizes e planos que pretende colocar em prática à frente da instituição.

— Embora tanto o presidente Fernando Henrique Cardoso quanto o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, digam que o Brasil não abrirá mão de sua moeda em favor do dólar, é pre-

ocupante a nomeação, para uma instituição importante como o BNDES, de um presidente que tenha manifestado posição contrária a essa — afirmou Eduardo Suplicy.

O senador disse, ainda, que Francisco Gros não agiu eticamente ao aceitar sua indicação para a presidência do BNDES. Ele observou que, ocupando o

cargo, o economista fica diante de uma situação de conflito de interesses, já que foi sócio do BFC Banco S.A., instituição que deve R\$ 32 milhões ao BNDES. Gros também deverá ser solicitado a falar sobre esse tema, se a CAE aprovar o requerimento.

Suplicy registrou que o Partido dos Trabalhadores entrou com uma representação na Justiça, assinada pela

liderança do partido na Câmara, tentando impedir que Francisco Gros fosse efetivado na presidência do BNDES. O argumento utilizado foi a falta de “idoneidade moral e reputação ilibada” do novo dirigente do banco, em virtude da dívida do BFC com o BNDES.



Suplicy diz que Gros não agiu eticamente ao aceitar a indicação para o BNDES

# Patrocínio propõe defesa da língua portuguesa

Senador sugere criação de comissão para, no prazo de 120 dias, apresentar estudos sobre a influência de palavras estrangeiras na cultura brasileira

Ao criticar a presença excessiva de palavras estrangeiras em todos os campos da sociedade brasileira, sobretudo na língua, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou requerimento sugerindo a criação de uma comissão especial para analisar a questão. A comissão, temporária, seria constituída por sete senadores e teria um prazo de 120 dias para apresentar estudos conclusivos sobre a influência do vocabulário e de costumes estrangeiros na vida e cultura do Brasil.

Carlos Patrocínio registrou a existência de matérias em tramitação no Congresso sobre o emprego do

idioma oficial brasileiro. Uma delas, do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), considera prática abusiva e danosa ao patrimônio cultural o emprego de palavras estrangeiras, quando houver equivalente em português, se o emprego de vocábulos estrangeiros descaracterizar qualquer elemento da cultura nacional.

O senador recebeu convite do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), para participar da abertura do seminário "Idioma e Soberania – Nossa Língua, Nossa Pátria", que será realizada no dia 14 de março, às 9h,

no Auditório Nereu Ramos, da Câmara. Durante o evento será debatida a situação e examinadas providências para promoção, proteção, defesa e uso do idioma nos países da Comunidade de Língua Portuguesa.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que os órgãos de comunicação do país, em vez de procurar valorizar o idioma português em suas publicações, chegam a induzir a população a usar expressões estrangeiras. Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriu que seja exigido que os letreiros expostos nas ruas sejam escritos com o português correto.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comentou que a questão de expressões em inglês invadir outras línguas não é exclusividade dos países do Terceiro Mundo. Ele lembrou que uma das nações mais preocupadas com o assunto é a França.

Seminário "Idioma e Soberania – Nossa Língua, Nossa Pátria"

Data: 14 de março

Horário: 9h

Local: Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados

**DANOS À CULTURA NACIONAL**

Como funcionaria a comissão temporária proposta pelo senador Carlos Patrocínio

**Integrantes:** sete senadores

**Prazo de trabalho:** 120 dias

**Objetivo:** apresentar estudos conclusivos sobre a influência do vocabulário e de costumes estrangeiros na vida e cultura do Brasil

## Projeto de Camata fixa normas para proteção da dignidade humana

Projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES), tramitando em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estabelece normas de proteção e defesa da dignidade humana e determina a punição aos infratores, por meio de indenização financeira ou prisão:

– A humilhação e o descaso ao direito são práticas correntes em todos os segmentos da população e acabam por se constituir no lugar comum das relações sociais. Significa dizer que, de modo bizarro, essas práticas nivelam a sociedade brasileira pelo seu nível mais deplorável – diz o senador.

De acordo com o projeto, constitui violação da dignidade, e caracteriza dano moral, a exposição de

pessoa à condição ridícula, vexatória, de injusta ameaça ou que, de qualquer modo, cause repercussão negativa à sua imagem ou personalidade. São passíveis de sofrer danos morais, pelo projeto, as pessoas físicas e jurídicas. A proposta do senador também dispensa a interpelação na ação judicial.

Na fixação da pena, sugere Camata, o juiz deve considerar circunstâncias do fato o grau de ofensa, a situação individual da vítima da ofensa ou a pluralidade dos agressores. A punição se constitui-



Camata: indenização financeira que poderá se converter em prisão

rá em indenização financeira que poderá se converter em prisão, enquanto não for cumprida.

Camata afirmou que no Brasil as ações de reparação de danos morais, equivocadamente, quase sempre são banalizadas pelos danos de ordem patrimonial. Observou que a Cons-

tituição tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, e são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

## Heloísa quer usar FPE para combater a desertificação

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou projeto criando instrumento de redistribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para áreas atingidas pelos efeitos da desertificação. A proposta foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para análise. Caso seja aprovada, segue para apreciação em Plenário.

Segundo o projeto da senadora, a partir de 2001 a distribuição dos recursos do FPE será feita da seguinte maneira: 40% do total de recursos atualmente destinados às regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste devem ser distribuídos de maneira proporcional à população de cada estado. Pela atual legislação, 85% dos recursos do fundo são destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e outros 15%, às regiões Sul e Sudeste.

O projeto de Heloísa estabele-

ce ainda que 50% do resultado da aplicação dos recursos para as cinco regiões sejam distribuídos de forma inversamente proporcional à renda *per capita* da população de cada um dos estados que integram os respectivos blocos regionais.

Outra regra estabelecida na proposta é a fixação de 10% dos recursos para a constituição de uma reserva do FPE, a ser distribuída de forma proporcional entre as áreas atingidas pela desertificação e o tamanho da unidade da Federação.

Em sua justificativa, Heloísa alega que o projeto permitirá desenvolver políticas compensatórias e estruturais para melhorar a qualidade de vida das pessoas atingidas pela seca. A proposta também cria instrumento capaz de compensar economicamente os estados que sofrem os efeitos da desertificação, acrescentou.

## Extrativistas podem receber o seguro-desemprego

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou projeto que estende o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores extrativistas e beneficiadores do açaí e da castanha-do-brasil na Amazônia. A proposta foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais



Seguro proposto por Rocha beneficiaria apenas filiados a cooperativas

(CAS) e será apreciada em caráter terminativo. Caso o projeto seja aprovado, será remetido à Câmara dos Deputados sem passar pelo Plenário do Senado, a menos que nove senadores – um décimo do total – solicitem, por meio de requerimento, a tramitação da matéria no Plenário.

De acordo com o projeto, o seguro-desemprego será concedido aos trabalhadores que exercem essa atividade individualmente ou em família, e que estejam filiados a cooperativas voltadas ao extrativismo e beneficiamento do açaí e da castanha-do-brasil. Para receber o benefício, esses trabalhadores também devem comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao pe-

ríodo de safra.

O valor concedido, conforme propõe o senador, será de um salário mínimo, e o tempo de concessão deverá ser definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em sua justificativa, o senador alega que o seguro-desemprego representa uma medida compensatória, pois o Brasil não dispõe de políticas de renda mínima e de distribuição de renda eficazes. Rocha acredita que essa medida pode representar um "antídoto" contra o desemprego, pois combina assistência social com estímulo ao trabalho cooperativista:

– Estaremos fornecendo um elemento adicional no processo de desenvolvimento sustentável daquela região, além de evitar que o trabalhador seja forçado a causar danos à natureza na busca da sobrevivência. Em suma, os efeitos positivos desdobram-se em sociais, econômicos e ambientais – sustentou.